



Número: **0851885-81.2016.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **12ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **19/10/2016**

Valor da causa: **R\$ 9.450,00**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ARNALDO MIGUEL DOS ANJOS JUNIOR (AUTOR)		LIDIANI MARTINS NUNES (ADVOGADO)	
MAPFRE (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
5415111	19/10/2016 13:16	Petição Inicial	Petição Inicial
5415120	19/10/2016 13:16	ARNALDO MIGUEL DOS ANJOS JUNIOR - petição inicial	Outros Documentos
5415218	19/10/2016 13:16	ARNALDO MIGUEL DOS ANJOS JUNIOR - identificação	Outros Documentos
5415258	19/10/2016 13:16	ARNALDO MIGUEL DOS ANJOS JUNIOR - iml	Outros Documentos
5415284	19/10/2016 13:16	ARNALDO MIGUEL DOS ANJOS JUNIOR - boletim policial	Outros Documentos
5415316	19/10/2016 13:16	ANA PAULA OLIVEIRA NASCIMENTO - atendimento hospitalar	Outros Documentos
5415728	19/10/2016 13:31	Petição	Petição
5415837	19/10/2016 13:31	ARNALDO MIGUEL DOS ANJOS JUNIOR - Quesitos periciais	Outros Documentos
6080626	24/12/2016 17:43	Despacho	Despacho
6632409	15/02/2017 17:11	Expediente	Expediente
7167236	28/03/2017 16:55	Petição	Petição
7167250	28/03/2017 16:55	ARNALDO MIGUEL DOS ANJOS JUNIOR	Outros Documentos
7182850	29/03/2017 14:12	Outros Documentos	Outros Documentos
7182858	29/03/2017 14:12	ARNALDO - comprovante de residencia	Outros Documentos
7182875	29/03/2017 14:12	ARNALDO - identificação	Outros Documentos
7182887	29/03/2017 14:12	ARNALDO - procuração	Outros Documentos
7182910	29/03/2017 14:12	ARNALDO - justiça gratuita	Outros Documentos
7631069	04/05/2017 18:55	Despacho	Despacho
7713128	08/05/2017 18:49	Outros Documentos	Outros Documentos

77131 40	08/05/2017 18:49	ARNALDO MIGUEL - manifestação	Outros Documentos
88154 96	21/07/2017 13:27	Despacho	Despacho
90729 02	07/08/2017 18:33	Certidão	Certidão
10684 606	10/11/2017 13:12	Despacho	Despacho
17236 081	17/10/2018 15:07	Certidão	Certidão
17236 878	17/10/2018 15:24	Mandado	Mandado
17237 145	17/10/2018 15:30	Expediente	Expediente
17237 425	17/10/2018 15:36	Carta	Carta
17487 938	30/10/2018 13:26	Documento de Comprovação	Documento de Comprovação
17487 962	30/10/2018 13:26	ARNALDO MIGUEL - requerimento administrativo	Documento de Comprovação
17739 007	12/11/2018 17:24	Aviso de Recebimento	Aviso de Recebimento
17739 008	12/11/2018 17:24	carta de citação e intimação(aud) devolvida-Nobre	Aviso de Recebimento
18030 027	28/11/2018 12:03	Diligência	Diligência
18060 947	29/11/2018 13:23	Documento de Comprovação	Documento de Comprovação
18061 043	29/11/2018 13:23	ARNALDO MIGUEL DOS ANJOS - FRENTE A DEVOLUÇÃO DO AR SEM EXITO REQUER ALTERAÇÃO DO POLO PASSIVO DA LI	Outros Documentos
18089 636	30/11/2018 12:34	Certidão	Certidão
18089 664	30/11/2018 12:34	10º termo de audiência conciliação 29112018 negativo	Termo de Audiência
19583 353	02/03/2019 15:14	Petição	Petição
19583 356	02/03/2019 15:14	ARNALDO MIGUEL DOS ANJOS JUNIOR - REQUER O DEFERIMENTO DA ALTERAÇÃO DO POLO FEITO POR PETICIONARIO E	Outros Documentos
21660 576	03/06/2019 11:51	Decisão	Decisão
22944 252	24/07/2019 09:36	Expediente	Expediente
24668 319	23/09/2019 17:56	Certidão de Decurso de prazo	Certidão de Decurso de prazo
26147 942	12/11/2019 13:45	Certidão- Sub. do Perito (Dr. Felipe)	Certidão
26148 526	12/11/2019 13:45	Certidão - Subs. Dr. Felipe para Dr. Luciano	Outros Documentos
28733 288	03/03/2020 16:13	Designação de audiência + perícia	Certidão
28736 563	03/03/2020 16:37	Mandado	Mandado
28736 584	03/03/2020 16:40	Expediente	Expediente
28738 031	03/03/2020 16:54	Carta	Carta
29075 817	13/03/2020 09:44	Certidão Oficial de Justiça	Certidão Oficial de Justiça
29075 840	13/03/2020 09:44	28736563	Devolução de Mandado

anexo



**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DA
____ VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOÃO PESSOA - PB**

ARNALDO MIGUEL DOS ANJOS JUNIOR, brasileiro(a), casado(a), operador maquina, sob CPF nº 068.865.674-97, podendo ser intimado(a) na(o) Avenida Desembargador Novais, no. 343, Cruz Das Armas, João Pessoa/PB, por meio de sua advogada e procuradora infra-assinada e legalmente constituída nos termos do instrumento procuratório incluso, podendo receber intimações na Rua João Luiz Ribeiro de Moraes, nº 15 Centro, João Pessoa - PB, vem mui respeitosamente a prima face solicitar o benefício da justiça gratuita, com base na lei nº 1060/50 e ato contínuo, propor a presente AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT, POR INVALIDEZ PERMANENTE E DEFINITIVA - DEBILIDADE MODERADA DO 4º E 5º DEDOS DA MÃO DIREITA + DEBILIDADE DA FUNÇÃO DA PRESSÃO DA MÃO, em face da NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A, pessoa jurídica de direito privado, com endereço na Avenida Sinésio Guimarães, nº 301, Salas 03 a 05, Torre, João Pessoa/PB, CNPJ nº 85.031.334/0001-85, ancorado nas Leis n.º 6.194/74 e n.º 11.945/2009 e demais disposições à matéria pertinentes, pelos motivos fáticos e jurídicos que a seguir passa a expor.

PRELIMINARMENTE**I - DA GRATUIDADE JUDICIAL - REQUERIMENTO DO BENEFÍCIO DA GRATUIDADE PROCESSUAL (LEI N. 1060/50 , LEI N.º 7.115/1983 E ART.5º, LXXIV DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL QUE VERSA SOBRE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA):**

Se faz sabido que a litigância judicial decorre da necessidade da satisfação da composição de uma lide por um pronunciamento do poder julgador, que pode ser contra ou favorável às pretensões do(a) promovente. Assim, nos casos em que o litigante é "hipossuficiente", ou



seja, "pobre na forma da lei", quando se percebe uma remuneração mensal insuficiente para arcar com as despesas processuais sem se privar do necessário à sua subsistência, é imperativo legal que se garanta a assistência judiciária gratuita, mesmo não sendo defendido por Defensor Público, até porque quem ingressa em juízo o faz através de um advogado de sua inteira confiança. Portanto, à luz do que dispõe a lei nº. 1.060/50, aduz o art. 4º, que: "A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogados, sem prejuízo próprio ou de sua família".

Nesse norte, a parte promovente faz jus à concessão da Justiça gratuita, haja vista não possuir rendimentos suficientes para arcar com as custas processuais e demais despesas sem comprometer o sustento próprio e de sua família.

O direito do(a) requerente encontra guarida no art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, na Lei 1.060/50 (Lei de Assistência Judiciária Gratuita), no art. 5º, I, do Código de Defesa do Consumidor, bem como nas jurisprudências dos tribunais superiores, a exemplo da que se segue:

"PROCESSUAL CIVIL. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. DECLARAÇÃO DO INTERESSADO. CONTRATAÇÃO DE ADVOGADO. IMPUGNAÇÃO REJEITADA. 1. Para a concessão do benefício da gratuidade de justiça é suficiente a declaração da parte no sentido de que não dispõe de condições financeiras para arcar com as despesas do processo, sem comprometer o sustento próprio e de sua família. 2. A constituição de advogado particular não se traduz em presunção de riqueza nem é incompatível com o deferimento de pedido de gratuidade judicial. 3. Recurso não provido. (20080110926130APC, Relator JOÃO MARIO SA, 3ª Turma Cível, julgado em 01/07/2009, DJ 17/07/2009 p. 18)."

Para tanto, e com fundamentação nos diplomas legais anteriormente expostos, o autor requer, desde já, os benefícios da gratuidade judiciária.

II - DOS FATOS :

A parte autora foi vítima de acidente de trânsito, no dia 20/09/2009, acidente de trânsito. Inicialmente foi ajuizado ação perante o 2º Juizado Especial Civil sob o número 30309539320128152001 em que o processo foi extinto sem julgamento de mérito tendo em vista mesmo o laudo estando graduado em grau "moderado" o magistrado não entendeu que já havia graduado a lesão, motivo pelo qual foi extinto sem julgamento de mérito em 09.12.2015, vindo este a cair ao solo, conforme Boletim de Ocorrência Policial em anexo.



Foi a vítima socorrida e teve atendimento hospitalar no HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA, em João Pessoa/PB, sendo submetido(a) a procedimentos médicos. O tratamento médico não foi capaz de restabelecer a normalidade física da vítima, resultando em DEBILIDADE PERMANENTE E DEFINITIVA - DEBILIDADE MODERADA DO 4º E 5º DEDOS DA MÃO DIREITA + DEBILIDADE DA FUNÇÃO DA PRESSÃO DA MÃO, conforme atestam os laudos médicos, prontuários hospitalares e laudo traumatológico, todos à colação.

Assim, não restou alternativa a(o) demandante, senão pleitear a justa indenização a ele(a) devida, no que tange ao seguro obrigatório DPVAT, em razão da invalidez permanente que ora lhe acobertara, em total consonância às Leis n.º 6.194/74 e n.º 11.945/2009. Munido(a) da documentação necessária, vem pleitear da empresa promovida, por ser integrante do consórcio de seguradoras que operam o seguro DPVAT, o pagamento da indenização acima referida, no valor de R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais).

III - DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS:

DO SEGURO DPVAT (LEI N.º 6.194/74 E LEI N. 11.945/09):

O seguro obrigatório DPVAT, instituído pela Lei n.º 6.194/74 tem por finalidade dar cobertura a danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não.

Considerando os dispositivos legais vigentes, com o disposto no inciso II do Art. 3º da Lei n.º 6.194/74, o(a) promovente faz jus ao benefício do Seguro Obrigatório DPVAT no valor de R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais), em razão da invalidez permanente que acometeu a vítima de acidente de trânsito, senão vejamos:

Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

[...]

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei n.º 11.482, de 2007).

[...]

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica,



classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).

O art. 5º da lei n. 6.194/74 estabelece que a indenização será paga mediante simples comprovação do acidente e do dano decorrente, senão vejamos:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

[...]

§ 5o O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até 90 (noventa) dias, laudo à vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais. (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009).

De início, cumpre destacar que atualmente as VERBAS SECURITÁRIAS - (DPVAT) são regidas pela Lei n.º 11.945/2009, frente processo formal no legislativo da Lei n. 6.194/74, que foi modificada, advindo de Medida Provisória. Ao analisar a MP n. 451/2008. Nesse norte, as indenizações securitárias, que antes eram arbitradas em 40 (quarenta) salários mínimos, fora modificada em 31/05/2007, para um valor fixo de R\$ 13.500,00 (Treze Mil e Quinhentos Reais), e posteriormente, sofrendo nova modificação, passando a ser adotado o mencionado percentual, sobre o valor da lesão, em que mediante o grau da lesão e a sua área afetada, se resume em percentuais que versam sobre até 70% de uma invalidez parcial, ou a totalidade de até 100% de invalidez dita como total, em conformidade com a MP n. 340/06, MP n. 451/08, convertida na Lei n. 11.945/09;

IV - DO PEDIDO:

EX POSITIS, e pelo mais que dos autos consta, REQUER que se DIGNE VOSSA EXCELÊNCIA EM JULGAR O PEDIDO TOTALMENTE PROCEDENTE, declarando a inconstitucionalidade da Lei nº 11.945/09 condenando a seguradora promovida a pagar a parte autora, O SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT - VERBA SECURITÁRIA, na quantia



indenizatória equivalente à 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais), á título de DPVAT POR DEBILIDADE PERMANENTE E DEFINITIVA - DEBILIDADE MODERADA DO 4º E 5º DEDOS DA MÃO DIREITA + DEBILIDADE DA FUNÇÃO DA PRESSÃO DA MÃO, monetariamente corrigidos, com fulcro no que dispõe a das Leis n.º 6.194/74 e n.º 11.945/2009, em sua redação original. Vez que resta comprovado o acidente, bem como o dano decorrente, tudo de acordo com as balizas fixadas pela Doutrina e Jurisprudência pátria, ainda, com juros moratórios e correção monetária a partir do evento danoso, nos moldes da Súmula 54 do Superior Tribunal de Justiça. E no mais, requer:

AB INÍCIO, requer a realização da PERÍCIA JUDICIAL, para ser constatada a DEBILIDADE DA PARTE AUTORA;

1- Requer ainda seja à parte promovente concedido OS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA, tomando por base a Lei n°. 1.060/50, pois caso o presente pleito venha a ser apreciado em grau recursal, não terá o(a) promovente, condições de arcar com as custas e demais despesas processuais, além dos honorários advocatícios sucumbenciais da parte ex adversa, sem prejuízo próprio ou de sua família, por ser pobre nos termos da lei A concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos do art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, na Lei 1.060/50 (Lei de Assistência Judiciária Gratuita), ;

2- Pugna pela CITAÇÃO DA PROMOVIDA, no endereço supramencionado, constante da qualificação, por meio de carta com aviso de recebimento, nos termos da lei, com as advertências do art. 285 e as prerrogativas do art. 172, ambos do Código de Processo Civil, para querendo oferecer defesa no prazo legal, contestar o pedido da parte promovente, sob pena de não o fazendo, seja decretada a revelia e confissão tácita dos fatos narrados em sede de petição inicial;

3- Alega PROVAR OS FATOS POR TODOS OS MEIOS DE PROVA EM DIREITO ADMITIDOS, especialmente por meio de prova documental, por se tratar de matéria exclusivamente de direito;

4- Pugna pela condenação da promovida em CUSTAS JUDICIAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS À RAZÃO HABITUAL DE 20% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO, devidamente corrigidos, caso venha a ser utilizado o disposto na legislação;

5- Por fim, requer, ao trânsito em julgado do decisum, seja dado início ao processo de EXECUÇÃO, INDEPENDENTE DE NOVA CITAÇÃO, em não havendo cumprimento da



obrigação naquele referido, conforme preceitua a legislação.

Dá-se à causa, o valor de R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais), para efeitos meramente fiscais.

Termos em que,
Pede deferimento.



Dra. Lidiani Martins Nunes
OAB no. 10244/PB

